



Processo TC 01639/24

2.5.1 - Despesa com **PESSOAL** do **Executivo**, no valor de R\$ 17.089.743,90, correspondendo a **62,86%** da RCL, **não atendendo** ao limite máximo legal de 54% estabelecido no art. 20 da LRF;

2.5.2 - Despesa com **PESSOAL** do **Legislativo**, no valor de R\$ 793.644,57, representando **2,91%** da Receita Corrente Líquida, **atendendo** ao limite máximo (6%) estabelecido no art. 20 da LRF;

2.5.3 - Despesas total com **PESSOAL** do **Município**, **incluindo as despesas relativas a obrigações patronais**, atingiram o valor de R\$ 17.883.388,47, representando **65,58%** da Receita Corrente Líquida, **não atendendo** ao limite máximo (60%) estabelecido no art. 19 da LRF;

2.6 Segue abaixo quadro informativo acerca das Obrigações Patronais estimadas e pagas ao RGPS/RPPS (Rel. fl. 4306):

Determinação	RGPS (R\$) (*)
1. Vencimentos e Vantagens Fixas	11.487.817,50
2. Outras Despesas Variáveis de Pessoal Civil	0,00
3. Contratação por Tempo Determinado	449.016,31
4. Contratos de Terceirização	0,00
5. Ajustes (Base de Cálculo)	0,00
6. Base de Cálculo Previdenciário (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	11.936.833,81
7. Alíquota	22,00%
8. Obrigações Patronais Estimadas (6 x 7)	2.628.783,90
9. Obrigações Patronais Pagas	2.721.988,64
10. Ajustes (Obrigações)	0,00
11. Estimativa de Valor Devido (8 - 9 + 10)	0,00
12. Obrigações Patronais Empenhadas	2.721.988,64
13. Estimativa do Valor Não Empenhado (8 - 12)	0,00

Fonte: Sagies, constatações da Auditoria e, conforme o caso, anexo 4

(*) Valores relativos à Administração Direta.

2.7. No exercício em análise **há registro de denúncias**, conforme quadro abaixo (Rel. fl. 4307).

Parecer Prévio PPL-TC 00045/25 - Decisão Indecl. - Proc. 01639/24 Data: 12/06/2025 11:00. Responsável: Cons. Fernando R. Catão. Impresso por convidado em 30/07/2025 15:53. Validação: A492.F78E.F1B4.6CFC.E57B.57AC.A2BE.1FEB.



Processo TC 01639/24

Tipo	Protocolo	Subcategoria	Entregue	Observações
Processo	05207/23	Denúncia	Decisão Finalizada	Denúncia julgada improcedente
Documento	0525/23	Denúncia	Juntado	Juntado ao Processo TC nº 00896/23, o qual possui decisão no autos que anula os autos por falta de objeto
Documento	06760/23	Denúncia	Juntado	Juntado ao Processo TC nº 00207/23, o qual possui decisão no autos que julga improcedente a denúncia

Fonte: Tramita

2.8. O Município não possui Regime Próprio de Previdência.

3. Irregularidades remanescentes, após a análise de defesa:

3.1. Ocorrência de déficit de execução orçamentária, sem a adoção das providências efetivas;

3.2. Realização de gastos com festividades no valor de R\$ 1.554.260,95 em situação de déficit orçamentário;

3.3. Aumento não justificado nos gastos com festividades em comparação com o ano anterior;

Função de Governo	Gastos em 2022 (R\$)	Gastos em 2023 (R\$)	Diferença	Variação (%)
13-Cultura	597.609,29	1.462.012,77	864.403,48	144,64
27-Desporto e Lazer	7.051,80	83.718,79	76.666,99	1081,71
4-Administração	2.960,00	21.469,39	18.509,39	625,31
Total	607.621,09	1.567.190,95	959.569,86	157,79

3.4. Gastos com pessoal erroneamente classificados como Outras Despesas Correntes – elemento “36 – Outros Serviços de Terceiros PF” e elemento “39 – Outros Serviços de Terceiros PJ”;

3.5. Gastos com pessoal acima do limite (60%) estabelecidos pelo art. 19 Lei de Responsabilidade Fiscal, e

3.6. Gastos com pessoal acima do limite (54%) estabelecidos pelo art. 20 Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parecer Prévio PPL-TC 00045/25 - Decisão Indecl. - Proc. 01639/24 Data: 12/06/2025 11:00. Responsável: Cons. Fernando R. Catão. Impresso por convidado em 30/07/2025 15:53. Validação: A492.F78E.F1B4.6CFC.E57B.57AC.A2BE.1FEB.



Processo TC 01639/24

Cumpra, por fim, informar que esta Corte assim se pronunciou em relação aos exercícios anteriores ao em exame:

PROTOCOLO	SUBCAT	JURISDICIONADO	EXERCÍCIO	RELATOR	SETOR	DECISÃO	GESTOR
04198/20	PCA	PM de Igaracy	2019	ACTP	ARQUIVO DIGITAL	0111/21	Favorável
03386/21	PCA	PM de Igaracy	2020	ACTP	ARQUIVO DIGITAL	0211/22	Favorável
03156/22	PCA	PM de Igaracy	2021	OMSM	ARQUIVO DIGITAL	0077/23	Favorável
01809/23	PCA	PM de Igaracy	2022	OMSM	ARQUIVO DIGITAL	0248/23	Favorável

PRONUNCIAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Os autos foram submetidos ao Órgão Ministerial, que, por meio de parecer da lavra da Exm.^a Procuradora Isabella Barbosa Marinho Falcão, opinou no sentido de:

1. **EMISSÃO DE PARECER CONTRÁRIO** à aprovação das contas do gestor do município de Igaracy, Sr. José Carneiro Almeida da Silva, no exercício de 2023.

2. **JULGAMENTO PELA IRREGULARIDADE** das contas de gestão do Prefeito acima referido;

3. **ATENDIMENTO PARCIAL** aos requisitos de gestão fiscal responsável, previstos na LC nº 101/2000;

4. **APLICAÇÃO DE MULTA** ao citado gestor, nos termos do art. 100, I, Lei Orgânica desta Corte de Contas, por transgressão a regras constitucionais e legais;

Parecer Prévio PPL-TC 00045/25 - Decisão Indecl. - Proc. 01639/24 Data: 12/06/2025 11:00. Responsável: Cons. Fernando R. Catão. Impresso por convidado em 30/07/2025 15:53. Validação: A492.F78E.F1B4.6CFC.E57B.57AC.A2BE.1FEB.



Processo TC 01639/24

5. **REPRESENTAÇÃO** ao Ministério Público Comum para adoção das medidas legais ao seu cargo;

6. **RECOMENDAÇÃO** à administração municipal no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais pertinentes, a fim de não repetir as falhas ora constatadas, além de adotar as demais sugestões apresentadas no corpo deste parecer.

É o Relatório, informando que foram expedidas as intimações da praxe para a presente sessão.

VOTO DO RELATOR

No tocante à **Gestão Fiscal**, foi observado **déficit de execução orçamentária, sem a adoção de providências efetivas**, o que configura, no entender deste Relator, decumprimento ao que preconiza o artigo 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto o equilíbrio das contas públicas, ensejando recomendações à atual gestão no sentido de melhor observar o planejamento e a execução da despesa, a fim de não repetir a situação verificada nas presentes contas.

Ainda em relação à gestão fiscal, apontou a Auditoria que, ao final do ano de 2023, **não foram atendidos os limites legais ajustados para despesa com pessoal de Poder Executivo e do ente, nos termos do art. 15 da Lei Complementar nº 178/2021**.

Observa-se que tal dispositivo contém, no caput, a seguinte redação:

“Art. 15. O Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal ao término do exercício financeiro da publicação desta Lei Complementar estiver acima de seu respectivo limite estabelecido no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, deverá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023, por meio da adoção, entre outras, das medidas previstas nos arts. 22 e 23 daquela Lei Complementar, de forma a se enquadrar no respectivo limite até o término do exercício de 2032.”

Parecer Prévio PPL-TC 00045/25 - Decisão Indecl. - Proc. 01639/24 Data: 12/06/2025 11:00. Responsável: Cons. Fernando R. Catão. Impresso por convidado em 30/07/2025 15:53. Validação: A492.F78E.F1B4.6CFC.E57B.57AC.A2BE.1FEB.

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br



JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 03 DE SETEMBRO DE 2025

ANO XXVIII_MÊS IX_SEMANA XXXVII

Tribunal de Contas
do Estado da Paraíba

4499

Processo TC 01639/24

Ressalto que no exercício de publicação da Lei Complementar n° 178, ou seja, exercício de 2021, não se verificou no município de Igaracy a ultrapassagem dos limites para despesa com pessoal do Poder Executivo e do ente, conforme se pode extrair das peças processuais constantes do Processo TC N° 03150/22 (Prestação de Contas Anual do Prefeito do Município de Igaracy, exercício de 2021).

Do relatório do órgão técnico (fl. 3830), obtém-se a informação abaixo transcrita:

"Os gastos com pessoal do Poder Executivo alcançaram o montante de R\$ 10.493.555,29, correspondente a 50,85% da RCL, **atendendo**, ao final do exercício, ao limite máximo de 54% estabelecido no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por sua vez, os gastos com pessoal do Município totalizaram R\$ 11.096.017,89, incluindo as obrigações patronais e inativos, correspondentes a 53,79% da RCL, **atendendo**, ao final do ano, ao limite máximo de 60% estabelecido no artigo 19, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal."

Desse modo, entendo que não há que se falar em descumprimento, no exercício em exame, do art. 15 da Lei Complementar n° 178/2021, uma vez que não foi constatado excedente na despesa com pessoal, no exercício de 2021, a ser corrigido no exercício de 2023. No entanto, foi verificada nesse exercício a ultrapassagem dos limites da despesa com pessoal do Poder Executivo (62,66%) e do ente (65,56%), em desacordo com o que preconizam os artigos 20 e 19, respectivamente, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais fatos ensejam o envio de recomendação à atual gestão municipal no sentido de que adote medidas para a eliminação do percentual excedente, na forma e prazos exigidos no artigo 23 da LRF.

Quanto à **Gestão Geral**, cabe observar que o Município atendeu aos percentuais mínimos exigidos nas aplicações em **MDE, FUNDEB e Saúde**.

Sobre as demais elvas apontadas pela Auditoria, passo a comentar:

- a) Quanto aos itens que tratam da **realização de festividades em situação de déficit orçamentário e aumento nos gastos com festividades em comparação com o ano anterior**, vislumbra-se que as despesas com festividades aumentaram de R\$ 607.627,00 em 2022 para R\$ 1.554.260,05 em 2023, sendo as principais despesas realizadas conforme a seguir detalhadas:

4499
Parecer Prévio PPL-TC 00045/25 - Decisão Inicial - Proc. 01639/24. Data: 12/08/2025 13:00. Responsável: Cons. Fernando R. Catão.
Impresso por convidado em 30/07/2025 15:53. Validação: A492.F7BE.F1B4.6CFC.E57B.57AC.A2BE.1FEB.

Tribunal de Contas
do Estado da Paraíba

4500

Processo TC 01639/24

Empresa	Objeto	Valor R\$
Ultra Promoções e Eventos Ltda.	Contratação do show "a vontade" com Luan estilizado e banda	404.800,00
Taty Girl	Gravações, Festividades juninas	170.000,00
Edições musicais		
Alison de Souza Leite	Locação de estrutura da festa de emancipação	224.350,00
Total		799.150,00

Devo ressaltar que as despesas com festividades representam 26,59% das despesas com MDE a 39,27% do montante aplicado em Saúde, assim, sou pelo envio de recomendação à gestão municipal que, ao realizar festividades, observe os critérios de razoabilidade e economicidade. Além disso deve-se encaminhar as informações dos contratados acima mencionados a Receita Federal do Brasil.

- b) No que diz respeito aos **Gastos com pessoal erroneamente classificados como Outras Despesas Correntes - elemento "36 - Outros Serviços de Terceiros PF" e elemento "39 - Outros Serviços de Terceiros PJ"**, entendo que as falhas são passíveis de recomendação à gestão atual no sentido de que sejam contabilizadas essas despesas de acordo com o que prevê o art. 18, §1º da Lei Complementar 101/2000.

- c) Quanto as despesas com combustíveis, voto no sentido de emissão de **alerta** ao gestor quanto ao aumento dos e bem assim trasladar decisão ao acompanhamento da gestão, exercício 2025, com vistas a acompanhar a execução das referidas despesas.

Valor Empenhado em 2020	Valor Empenhado em 2021	Valor Empenhado em 2022	Valor Empenhado em 2023
479.540,18	265.251,49	376.779,67	637.224,86

Fonte: Sagres

Diante do exposto, considerando os fatos tratados nesta decisão, **VOTO** no sentido de que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba decida por:

4500
Parecer Prévio PPL-TC 00045/25 - Decisão Inicial - Proc. 01639/24. Data: 12/08/2025 13:00. Responsável: Cons. Fernando R. Catão.
Impresso por convidado em 30/07/2025 15:53. Validação: A492.F7BE.F1B4.6CFC.E57B.57AC.A2BE.1FEB.

Tribunal de Contas
do Estado da Paraíba

4501

Processo TC 01639/24

1. Emitir e encaminhar à Câmara Municipal de Igaracy, **PARECER FAVORÁVEL à aprovação** das contas do Sr. José Carneiro Almeida da Silva, Prefeito do Município de Igaracy, relativas ao exercício de 2023;

2. Em separado, através de **Ação**:

- a. **Julgar regulares com ressalvas** as contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do Município de Igaracy, Sr. José Carneiro Almeida da Silva, na condição de ordenador de despesas, relativas ao exercício de 2023;

- b. **Declarar** que o mesmo gestor, no exercício de 2023, **atendeu parcialmente** às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal;

- c. **Emitir alerta** locante aos gastos com combustíveis;

- d. **Comunicar** a Receita Federal do Brasil as informações dos contratados com bandas;

- e. **Trasladar** decisão ao Processo de Acompanhamento da Gestão (PAG-2025), com vistas a acompanhar a execução das despesas com combustíveis;

- f. **Recomendar** à atual gestão do Município de Igaracy, que:

• Observe melhor o planejamento e a execução da despesa, a fim de não repelir a situação de **deficit da execução orçamentária**, verificado nas presentes contas;

• Ao **realizar festividades**, atente para os critérios de razoabilidade e economicidade.

• No tocante aos **gastos com pessoal**, proceda a escrituração das despesas de acordo com o que preceitua o art. 18, §1º da LRF.

4501
Parecer Prévio PPL-TC 00045/25 - Decisão Inicial - Proc. 01639/24. Data: 12/08/2025 13:00. Responsável: Cons. Fernando R. Catão.
Impresso por convidado em 30/07/2025 15:53. Validação: A492.F7BE.F1B4.6CFC.E57B.57AC.A2BE.1FEB.

Tribunal de Contas
do Estado da Paraíba

4502

Processo TC 01639/24

- Em face da **ultrapassagem dos limites estabelecidos para despesas de Pessoal do Poder Executivo e do ente**, adote medidas para a eliminação do percentual excedente, na forma e prazos exigidos no art. 23 da LRF.

E como voto.

4502
Parecer Prévio PPL-TC 00045/25 - Decisão Inicial - Proc. 01639/24. Data: 12/08/2025 13:00. Responsável: Cons. Fernando R. Catão.
Impresso por convidado em 30/07/2025 15:53. Validação: A492.F7BE.F1B4.6CFC.E57B.57AC.A2BE.1FEB.

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br

R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB

igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 03 DE SETEMBRO DE 2025

ANO XXVIII_MÊS IX_SEMANA XXXVII



Tribunal de Contas
do Estado da Paraíba

4503

Processo TC 01639/24

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO RELATÓRIO DO CONSELHEIRO RELATOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY - 2023

Relatório de Acompanhamento dos Gastos Previdenciários (RGPB) - Prefeitura de Igaracy

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA - RGPB									
Num.	Unidade Gestora	Base de Cálculo Previdenciário	Obrigações Patronais Estatais	tp 1	Obrigações Patronais Federais	tp 2	Obrigações Patronais Municipais	tp 3	Diferença (Cálculo - GPD)
		(A)	(B)	(B/A)	(C)	(C/A)	(D)	(D/A)	(D/A) - (C/A)
2021	Igaracy	8.943.474,30	1.879.904,36	21,00%	1.905.080,98	21,31%	103,70%	0,365.383,4	77,17%
2022		10.106.545,38	2.269.000,25	22,45%	2.392.002,06	23,77%	84,22%	8.207.044,18	78,17%
2023		31.080.815,01	3.624.793,08	11,66%	3.725.066,34	11,98%	103,80%	6.204.584,97	77,10%
Total		30.973.819,44	6.814.240,08	22,00%	6.965.012,77	22,49%	102,30%	24.005.846,67	77,84%

Fonte: Relatório Inicial da Auditoria
12/06/2025

Demais Gráficos e Painéis estão acessíveis no Portal do Tribunal de Contas do Estado - <http://tce.pb.gov.br/>

Parecer Prévio PPL-TC 00045/25 - Decisão Inicial - Proc. 01639/24. Data: 12/06/2025 13:00. Responsável: Cons. Fernando R. Catão. Impresso por consultado em 30/07/2025 15:53. Validação: A492.F7BE.F1B4.6CFC.E57B.57AC.A2BE.1FE8.

4504

Processo TC 01639/24

DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAIBA, usando da competência que lhe é conferida pelo art. 13, § 2º, da Constituição do Estado e art. 2º, I, da Lei Complementar n.º 192/2024, na sessão plenária realizada nesta data, à unanimidade, acolhendo o voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator,

DECIDE: emitir e encaminhar à Câmara Municipal de Igaracy, **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das contas do Sr. José Carneiro Almeida da Silva, Prefeito do Município de Igaracy, relativas ao exercício de 2023.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
TCE/PB - Plenário Ministro João Agripino. Sessão Presencial e Remota.
João Pessoa, 14 de maio de 2025

Parecer Prévio PPL-TC 00045/25 - Decisão Inicial - Proc. 01639/24. Data: 12/06/2025 13:00. Responsável: Cons. Fernando R. Catão. Impresso por consultado em 30/07/2025 15:53. Validação: A492.F7BE.F1B4.6CFC.E57B.57AC.A2BE.1FE8.

4505

Assinado 10 de Junho de 2025 às 11:34



Cons. Fábio Túlio Figueiras Nogueira
PRESIDENTE

Assinado 9 de Junho de 2025 às 09:56



Cons. Fernando Rodrigues Catão
RELATOR

Assinado 12 de Junho de 2025 às 09:35



Cons. Arnóbio Alves Viana
CONSELHEIRO

Assinado 9 de Junho de 2025 às 12:28



Cons. Alanna Camilla Santos Galdino Vieira
CONSELHEIRA

Assinado 9 de Junho de 2025 às 09:50



Cons. Antonio Gomes Vieira Filho
CONSELHEIRO

Assinado 12 de Junho de 2025 às 08:58



Marcilio Toscano Franca Filho
PROCURADOR(A) GERAL

Parecer Prévio PPL-TC 00045/25 - Decisão Inicial - Proc. 01639/24. Data: 12/06/2025 13:00. Responsável: Cons. Fernando R. Catão. Impresso por consultado em 30/07/2025 15:53. Validação: A492.F7BE.F1B4.6CFC.E57B.57AC.A2BE.1FE8.

4505

Em branco

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

